

ROTAS CULTURAIS E TERRITÓRIOS: A CRIAÇÃO DE UM ITINERÁRIO TURÍSTICO DE INTERESSE CULTURAL DAS RUÍNAS DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE SÁ EM ITABORAÍ

Gabriela Dias Duarte¹
Inês El-Jaick Andrade²

Resumo

A relação entre patrimônio e território proporciona o debate sobre uma série de valores que englobam uma sociedade. Tomando como base essa acepção, este artigo tem como objetivo investigar a categoria de rota cultural e sua aplicabilidade às Ruínas do Convento de São Boaventura e as Ruínas da Igreja Matriz da Vila de Santo Antônio de Sá, que se encontram em uma propriedade privada da empresa Petrobrás. A metodologia utilizada consiste em um estudo de caso qualitativo, complementado por uma pesquisa bibliográfica. O resultado, pretendido pela pesquisa em desenvolvimento, é criar um roteiro turístico cultural que apresenta e contribua para a interpretação dos remanescentes da antiga Vila de Santo Antônio de Sá e sua importância para a história local.

Palavras-Chave: Turismo cultural. Interpretação do patrimônio. Ruínas do Convento São Boaventura.

Abstract

The relationship between heritage and territory provides debate about a series of values and sets that encompass a society. Taking this reception as a basis, this article aims to investigate the potential of cultural routes applied to the Ruins of the Convent of São Boaventura and the Ruins of the Main Church of Vila de Santo Antônio de Sá, which are located on private property belonging to the company Petrobrás. The employed methodology consists of a qualitative case study, complemented by bibliographical research. The intended result of the research being developed is to create a cultural tourist itinerary that presents and interprets the remains of the old Vila de Santo Antônio de Sá and its importance for local history.

Keywords: Cultural tourism. Interpretation of heritage. Ruins of the São Boaventura Convent.

¹ Bacharel em Turismo pela UFF; Mestranda em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; Manguinhos- Rio de Janeiro; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8976987787718178>; Email: gabrieladias@id.uff.br

² Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela USP; atualmente é arquiteta do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e coordenadora do Núcleo de Estudos de Urbanismo e Arquitetura em Saúde (NUCLEUAS/DPH/COC/Fiocruz); Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4947945943915861> Email: ines.andrade@fiocruz.br

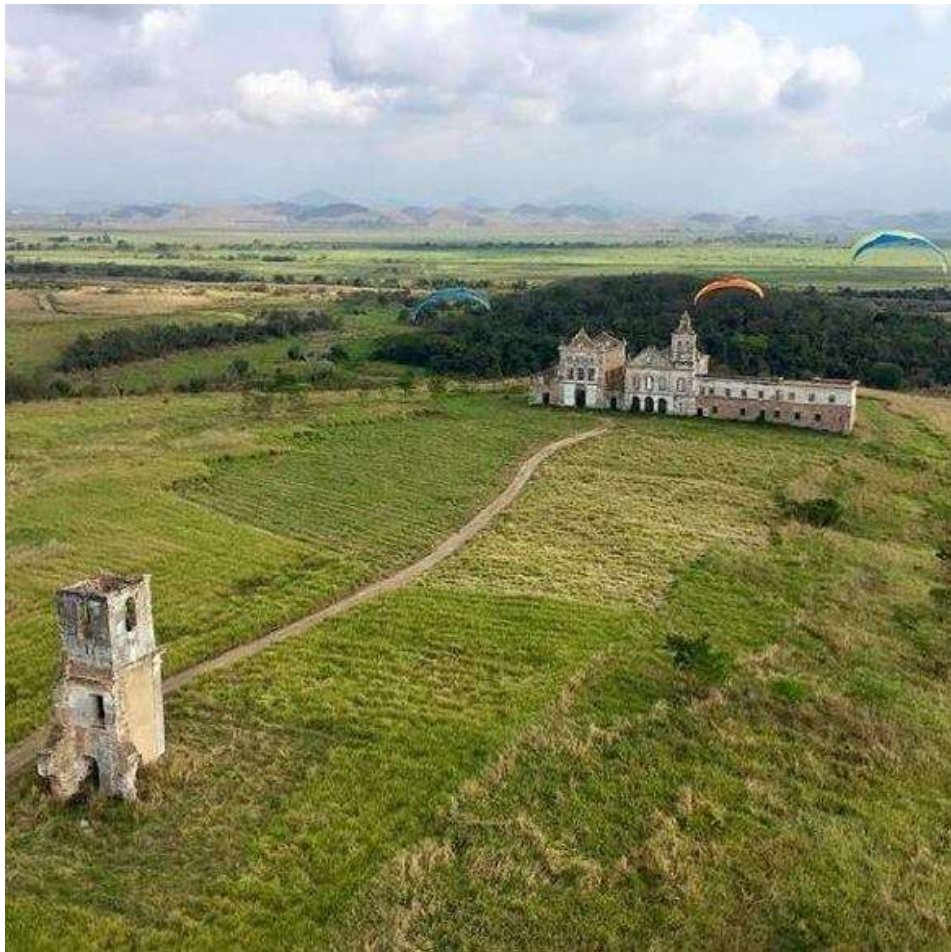
Introdução

O Convento São Boaventura, localizado no município de Itaboraí, teve o seu conjunto arquitetônico e arqueológico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1980, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) em 1978 e as ruínas da igreja Matriz da Vila de Santo Antônio de Sá foram protegidas pelo município de Itaboraí em 1996. Apesar desses reconhecimentos, sua vinculação com a história do território não é assimilada e seu potencial turístico não é desenvolvido. Sítios históricos em estado de ruína, como do convento, têm o potencial de transportar o visitante para experiências sensoriais associadas ao ciclo de vida e morte, de esquecimento e receptáculo de lembranças.

Para que o visitante possa ter uma sintonia com o lugar visitado, a comunicação nesse processo é imprescindível e a interpretação do patrimônio é uma ferramenta essencial para uma fruição turística qualificada. Um desafio maior é quando o bem não está acessível. Esse é o caso do sítio da ruína que se encontra em um terreno de propriedade do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj).

A antiga Vila de Santo Antônio de Sá foi fundada em 1567 e extinta em 1875. A fundação da vila, segunda do Estado (FORTE, 1937; COSTA, 2013), representou a distribuição de terras e o conseqüente povoamento no Recôncavo da Baía da Guanabara. As ruínas do Convento São Boaventura (figura 1) são os remanescentes materiais da edificação religiosa, construído no século XVII, com a finalidade de abrigar a ordem religiosas dos franciscanos da Igreja Católica. As ruínas do conjunto arquitetônico estão localizadas no bairro Porto das Caixas em Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro, atualmente em uma propriedade privada, que pertence ao Comperj (RIBEIRO, 2009).

Figura 1 - Ruínas do Convento de São Boaventura e Ruínas da Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá



Fonte: Prefeitura de Itaboraí- RJ, 2019.

Todas essas questões arqueológicas e sobre as epidemias que atingiram a vila fazem parte de um acontecimento conhecido como as “Febres de Macacu”.³

Ainda que atualmente as ruínas não sejam visitadas, no ano de 2014, a prefeitura criou o seu primeiro roteiro turístico do município. Esse roteiro tinha um documento com descrições dos locais a serem visitados, hospedagem e alimentação. A rota turística contava com os atrativos: Parque Paleológico de São José, Ruínas do Convento de São Boaventura e Igreja de Porto das Caixas, o Manguezal de Itambi e a Praça Carioca (com uma antiga fonte histórica).

Nesse tempo, costumavam acontecer visitas guiadas de escolas até às ruínas, mas posteriormente a Petrobras encerrou a visitação por questões de segurança, devido ao risco de

³ Foi um surto de epidemias (febre amarela, cólera morbos e malária) que se iniciou em 1820 e se manteve até a década seguinte. Isso dizimou a Vila de Macacu e afetou as regiões de Magé, Guapimirim, Porto Estrela, Pilar, Inhomirim, Iguaçú e Irajá (ROSA JÚNIOR, 2020).

desmoronamento das ruínas. Logo mais tarde, as ruínas entraram em modo de consolidação e conservação, as obras acabaram no final de 2015 e as ruínas ficaram restritas à visitação.

Nos planos municipais de turismo investigados, as ruínas são sempre mencionadas por sua importância histórico-cultural com o município, bem como a indicação de uma futura colaboração com a empresa Petrobrás e a Prefeitura para a abertura de visitação e sua inclusão em roteiros históricos.

Atualmente, tramita na Câmara Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), o projeto de lei nº. 675/2023, que propõe a criação de uma Rota do Patrimônio Histórico de Itaboraí, em que as ruínas estão incluídas. Em 2023, foi aprovado pela Câmara Municipal de Itaboraí uma indicação legislativa a qual demanda ao órgão competente a abertura das ruínas para visitação.

Assim, torna-se evidente que as ruínas necessitam de um plano de apresentação e interpretação patrimonial. Entre as formas de comunicação e recortes temáticos possíveis, o estudo elegeu a rota cultural dos remanescentes da Vila do Santo Antônio de Sá no território de Itaboraí. O turismo cultural pode proporcionar uma ligação com a comunidade e promover novas perspectivas para esses patrimônios que ainda vão ser explorados.

Apontamentos sobre a história da Vila de Santo Antônio de Sá

O sítio arqueológico da Fazenda Macacu é onde estão localizadas as ruínas do convento que pertencia à antiga Vila de Santo Antônio de Sá, fundada em 1567 e extinta em 1875, às margens do Rio Macacu. A Vila de Santo Antônio de Sá foi uma das vilas mais importantes no Rio de Janeiro no século XVI, devido ao seu forte fator econômico com produções e exportações comerciais de açúcar e entre outros (RIBEIRO, 2012).

A fundação da vila, segunda do Estado (FORTE, 1937; COSTA, 2013), representou a distribuição de terras e o conseqüente povoamento no Recôncavo da Baía da Guanabara. Com a sua extinção, o território passou a integrar a freguesia de São João de Itaboraí. Após 1890, a vila de São João de Itaboraí foi elevada à categoria de cidade e, depois de alguns anos, algumas indústrias foram se fixando na cidade.

Depois de virar vila, a questão do povoamento foi se estabelecendo também com uma produção agrícola e sua exportação. A sede da vila, no atual Porto das Caixas sede do distrito, se encontrava entre dois rios, o Macacu e o Caceribú.

Contudo, como afirma Diogo Cabral(2007, p.124):

O rio Macacu foi um importantíssimo eixo de comunicação, por ser um dos caminhos de acesso ao norte do atual estado do Rio de Janeiro (Cantagalo, Nova Friburgo), ao sul de Minas e à região dos Lagos. Pelo rio Macacu e seus afluentes, como o Caceribu, circulavam mercadorias e pessoas, transportadas por pequenas e grandes canoas, em viagens que duravam dias.

Ao todo também eram feitos levantamentos populacionais pela Coroa Portuguesa, que buscava informações em instituições presentes no território, no caso a Igreja Católica e o Corpo Militar das Companhias de Ordenanças da Terra (FREITAS, 2018). A ordem religiosa no local era responsável pela administração religiosa e civil da população, e possui registros do número de pessoas sujeitas ao sacramento cristão. Outros levantamentos realizados pela Coroa Portuguesa abrangiam a quantidade de pessoas livres ou escravizadas. Essas informações levantadas informavam sobre o uso de mão de obra escravizada nessas freguesias, que incluíam também seu emprego em construções religiosas (GUIMARÃES, 2007).

Analisando os dados, é possível estabelecer que foi usada mão de obra escravizada na construção do convento franciscano da Vila, bem como ocorreu em outras construções da ordem no Brasil. Foram encontrados relatos de historiadores da época, destaque para Frei Venancio Willike (1976). O frei escreveu o trabalho “Senzalas de Conventos”, que foi uma das análises pioneiras sobre os escravizados em conventos no Brasil (COSTA, 2015).

Após essa questão os levantamentos das populações são mostrados na tabela abaixo:

Tabela 1: População Livre e Escrava na Vila de Santo Antônio de Sá (1774)

Freguesias	Livres		Escravos		Total
	n.	%	n.	%	
N. S. da Ajuda de Guapimirim	625	41,4%	884	58,6%	1.509
Santissima Trindade	924	37,6%	1.532	62,4%	2.456
Santo Antonio de Sá	1.199	44,1%	1.517	55,9%	2.716
N. S. do Desterro de Itambi	459	36,1%	811	63,9%	1.270
Total	3.207	40,3%	4.744	59,7%	7.951

Fonte: Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793.

Convém destacar que, além da escravização africana, ocorria a indígena. Anteriormente à invasão dos portugueses nas terras, a região do Rio Macacu tinha grupos nômades do sertão de Macacu: os Puri-Coroados. Os portugueses empreenderam guerras, nos séculos XVII e XIX,

pela dominação do território contra esse grupo e outros povos originários. As consequências foram a implantação de um sistema escravista no território (GUIMARÃES, 2007).

Em 1649, o Frei João Batista visitou a região da Vila de Santo Antônio de Sá, decidindo que seria necessário fundar um convento para um propósito de noviciado. Logo após a decisão, em 1660 a construção se iniciou. Em 1672 começou a funcionar o noviciado e, entre 1750 e 1764, foi fundado o seminário com 229 noviços com objetivos de alfabetizar filhos de escravizados fugidos que se mestiçaram com indígenas da região (GUIMARÃES, 2007 apud GOMES e PIRES, 2007; GOMES, 2006, 2001).



Fonte: Cadernos Proarq, 2007.

Figura 2: Perspectiva da reconstrução digital da Vila de Santo Antônio de Sá.

O conjunto franciscano construído contava com a Igreja Conventual de São Boaventura ao centro, Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, à esquerda, e o Convento São Boaventura, à direita (BOTELHO, 2021), como ilustra a Figura 2. Devido às epidemias que dizimaram a região e declínio econômicos, as ruínas foram passadas por diversos proprietários, até que em 1978 o bem cultural foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) em 1978 e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1980 como Patrimônio Histórico Nacional (INEPAC, 1998).

Para a construção do Convento de São Boaventura foram utilizados massa na mistura de terracota à base de cal e saibro empenas de pedras utilizando sistema original dos franciscanos.

O convento era composto por uma fachada de torre sineira, o óculo central embaixo da cruz e pórtico com três arcos. Não possuía bancos, então os fiéis se sentavam no chão; tinha objetos litúrgicos feitos especialmente de ouro e prata que eram guardados atrás da capela-mor. Também havia o coro na entrada principal da nave que eram os espaços onde os frades se preparavam, conversavam sobre seus afazeres (BOTELHO, 2021).

O claustro do convento era uma área onde não podia haver riquezas ou ornamentos, pois ali eram seguidos os princípios franciscanos como simplicidade, acolhimento, tarefas cotidianas, trabalhadas com a bondade, fraternidade e irmandade. O convento contava com quartos (celas) com uma única cama, uma janela e sempre com uma cruz, para os locais de orações dos frades. Possuía um refeitório que tinha mesas, bancos coletivos, espaços para pregações, leituras e reuniões da comunidade dos frades (BOTELHO, 2021). Sua arquitetura e seu estilo artístico foram planejados e, segundo estudos arquitetônicos e históricos da arte, percebe-se a permanência de uma unidade estética, que, mesmo estando em estado de ruínas, consegue-se entender a edificação e como ela foi planejada e composta de forma artística (IDEC, 2008).

Além das ruínas do Convento de São Boaventura, encontram-se no mesmo local as ruínas da igreja matriz de Santo Antônio de Sá, que foi tombada pelo município em 1998.

Por volta dos anos de 1830, a vila foi atingida por epidemias que mudaram todo o território. A epidemia que atingiu a vila faz parte de um acontecimento conhecido como as “Febres de Macacu⁴”. A extensão desse episódio foi trágica, como pode-se constatar pelas palavras de José Matoso Maia Forte:

Tornou-se Macacu célebre pela mortífera epidemia de febres paludosas, conhecida nos anais da medicina como febre de Macacu, a qual se originou em suas margens no princípio de 1830, depois da grande sêca nos últimos meses de 1829. Desolou a Vila de Macacu, levou a devastação e a morte a Magé, transpôs a baía, acometendo o Rio de Janeiro; chegou ao sul, à cidade de Santos e, ao norte, à Província do Espírito Santo. (FORTE, 1934, p.55)

O período conhecido como “Febres de Macacu” ou “Peste de Macacu”, trouxe uma série de doenças que devastou a região. Nisso o interior do Convento de São Boaventura foi utilizado para acudir os doentes, o cirurgião da vila Francisco José de Sá fazia o trabalho de recolher os doentes e transportá-los ao interior do convento (ROSA JUNIOR, 2020).

⁴ Foi um surto de epidemias (febre amarela, cólera morbos e malária) que se iniciou em 1820 e se manteve até a década seguinte. Isso dizimou a Vila de Macacu e afetou as regiões de Magé, Guapimirim, Porto Estrela, Pilar, Inhomirim, Iguaçú e Irajá (ROSA JÚNIOR, 2020).

Segundo as informações do jornal Aurora Fluminense no ano de 1834 as febres tiveram sua expansão, logo foi relatado que:

Desde 1829 que a este último respeito e a denominada peste de Macacú veio progressivamente derramando seus estragos pelas freguesias de Inhomirim, Pilar, e outras, até a menus de 4 legoas da Capital. Por falta dos convenientes cuidados, muitas forão as vidas sacrificadas a febre intermitente. (Jornal Aurora Fluminense, 5 de fevereiro de 1834, n. 871.)

Depois desse esvaziamento da região, forçado pelo declínio econômico causado pelas epidemias locais, o convento teve em 1841 seu último guardião religioso e, por fim, seu abandono foi completo. Em 1859 a edificação já não tinha mais condições de habitação (CUZZO, 2007).

Com isso, o conjunto foi se deteriorando, chegando até o seu estado atual, de ruínas. Outras questões que contribuíram para o desaparecimento da vila, além das pragas, foram as criações de outros pontos de passagem para a comercialização. Foram implantadas novas ferrovias e acessos para o interior do estado do Rio de Janeiro, deixando a Vila de Santo Antônio de Sá entrar em declínio em 1836 (SOUZA, 2008).

Posteriormente, as posses das terras foram transferidas e outras freguesias foram atribuídas, até passarem para um processo de integração e freguesia em que a vila era localizada passa a ser anexada ao município de Itaboraí. Conseqüentemente, o convento foi fechado em 1872 (BELTRÃO, 2008).

Após o tombamento as ruínas se tornaram propriedade de um banco; logo depois passaram a ser propriedade da Petrobras que as adquiriu para fazer uma instalação do COMPERJ (ANTUNES, 2021). Destaca-se que o tombamento é um importante instrumento de reconhecimento do patrimônio, mas muitas vezes o bem é tombado, mas não cuidado e preservado, sofrendo assim com os desgastes naturais do tempo.

No caso do convento, as perdas se referem ao desaparecimento em quase sua totalidade das esquadrias, colapso da cobertura e de parte da estrutura de alvenarias e ausência dos revestimentos das paredes, que foram causados pelo meio ambiente (IDEC, 2008).

Turismo cultural e potencialidades das Ruínas

A atividade turística no município de Itaboraí tem avançado com o tempo e se diversificado: eventos, divulgações nas redes sociais, entre outros. O turismo como fenômeno tem o papel do deslocamento de pessoas entre as localidades com várias finalidades e

seguimentos, o trabalho da atividade turística em um município se desenvolve com base em de vários fatores como os socioeconômicos, que tem a ideia de gerar lucro para o município a partir dos seus bens culturais estabelecidos no território.

A cultura tem um forte valor, pois ela pode proporcionar e fortalecer grandes características presentes nos lugares como também sua identidade e a memória. O turismo cultural é um segmento dentro do âmbito do turismo, com o objetivo de deslocamento de turistas e visitantes com o foco da cultura e identidade de alguma localidade. É utilizado para sua valorização e constatação do patrimônio, bem como, os benefícios que esse enaltecimento pode atrair, pois com a atividade turística em bens culturais, materiais e imateriais, tem a chance de promover o reconhecimento e seu valor para os turistas e visitantes.

Segundo a Carta de Turismo Cultural (1976, p. 3):

É uma forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tantos quanto contribui para satisfazer seus próprios fins a sua manutenção e proteção.

O turismo cultural pode proporcionar uma ligação com a comunidade e promover novas perspectivas para esses patrimônios que ainda vão ser explorados. No caso dos bens remanescentes das Vila de Santo Antônio de Sá o turismo cultural poderia ser utilizado para a informação por meio de outras estratégias para se estabelecer como fonte de informação de um bem que está localizado fora do centro do município; apresentar esses patrimônios que estão distantes seria uma forma de resgatar uma memória e o início da fundação daquele território, contando suas histórias e os valores associados às vilas e o sítio arqueológico daquelas pessoas que viveram naquele território logo despertaria uma série de fatos sobre a história não apenas do município mas também do Brasil, pois a Vila de Santo Antônio de Sá é a segunda freguesia mais antiga do Rio de Janeiro.

Essas estratégias estabelecidas junto ao turismo cultural deverão ser planejadas e propostas à população tendo acesso por meio da educação patrimonial, divulgação de rotas turísticas, entre outras formas de fazer a informação chegar à população.

Por meio de pesquisas em planos diretores do turismo do município de Itaboraí, foi percebida a menção às ruínas do Convento de São Boaventura em rotas, mas sem indicar a Igreja Matriz da Vila de Santo Antônio de Sá ou o sítio arqueológico da antiga vila. O projeto de lei nº675/2023, de autoria da deputada Zeidan, que tramita na Câmara Estadual, que

estabelece uma Rota do Patrimônio Histórico de Itaboraí, pode contribuir para enfatizar a importância desses bens patrimoniais ao município (figura 3).

Figura 3: Reprodução do texto do PL n°675/2023

PROJETO DE LEI Nº 675/2023

EMENTA:
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ROTA DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO DE ITABORAÍ.

Autor(es): Deputada ZEIDAN

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica criada a Rota do Patrimônio Histórico de Itaboraí.

Parágrafo Único - A Rota do Patrimônio Histórico de Itaboraí tem como objetivo promover a visitação pública, divulgando o valor histórico dos bens tombados no Município de Itaboraí.

Artigo 2º - Fica o poder executivo autorizado a criar o Programa de Divulgação do Patrimônio Histórico e Cultural de Itaboraí, que tem como objetivo:

- I – promover a sinalização dos bens tombados pelo patrimônio histórico, facilitando sua localização e acesso;
- II - incentivar o investimento privado e iniciativas de economia solidária na sinalização, interpretação e demais infra estruturas receptoras e de apoio;
- III – Criar um mapa com a localização de todos os bens tombados no Município de Itaboraí e descrição da sua importância histórica, divulgando de maneira física e digital;
- IV – Monitorar permanentemente o estado de conservação dos bens imóveis tombados.

Art. 3º - O poder executivo determinará o órgão competente da administração pública para criar e gerir o Programa de Divulgação do Patrimônio Histórico e Cultural de Itaboraí.

Fonte: ALERJ, 2023.

Observa-se o destaque ao convento na figura 4, que é a reprodução da capa do plano municipal de turismo do ano de 2019. Nela é registrado o frontão do Convento de São Boaventura. Dá a entender o interesse da prefeitura de incluir as ruínas em seu plano turístico.

Figura 4: Capa da publicação “Plano Municipal de Turismo do Itaboraí”, onde se vê em destaque o frontão do Convento de São Boaventura.



Fonte: Prefeitura de Itaboraí- RJ, 2019

Já existe uma produção de material turístico voltado para a roteirização de atrativos no centro histórico de Itaboraí; no entanto está descontextualizado com a história da Vila de Santo Antônio de Sá ou as ruínas. Na figura 5 vemos o folheto de uma rota turística apenas destacando o Centro Histórico de Itaboraí.

Figura 5: Mapa do Centro Histórico de Itaboraí



Fonte: Prefeitura de Itaboraí, 2019.

Assim, a pesquisa em desenvolvimento está propondo um roteiro turístico que inclua além do centro histórico, as ruínas de São Boaventura e da Igreja Matriz, o sítio arqueológico da Fazenda de Macacu em sua totalidade, enfatizando sua história e o valor cultural do território (figura 6).

Figura 6: Roteiro turístico cultural proposto em desenvolvimento

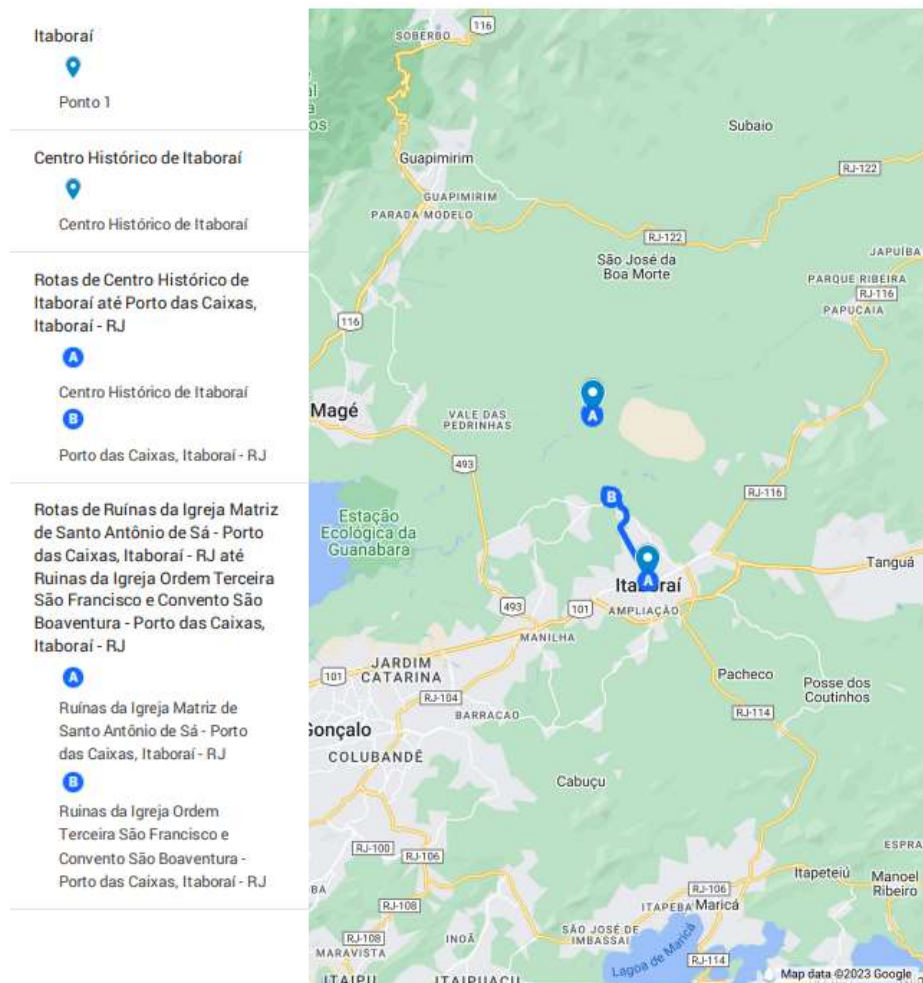


Fonte: Elaboração própria

O deslocamento no território, como indicado na figura 7, mostra a rota temática proposta que incluiria o centro histórico e o bairro Porto das Caixas onde se encontram as ruínas e o sítio arqueológico da vila extinta de Santo Antônio de Sá. Apesar do acesso ser restrito, na área da COMPERJ, pode ser lançada mão de diversos recursos de comunicação interpretativa, tais como placas, centros de interpretação e recursos multimídia.

Figura 7: Rota Turismo Cultural em Itaboraí.

Rota Turismo Cultural em Itaboraí



Fonte: Google Maps, 2023.

A informação sobre a história, o passado e seus remanescentes da vila são uma potencialidade que pode mostrar mais perceptivelmente para os interessados, mesmo que esteja em propriedade privada, suas potencialidades altas e poderão ser exploradas de diversas formas e maneiras, uma delas podendo ser pelo turismo cultural.

Interpretação do Patrimônio e rotas culturais

A interpretação patrimonial pode ser definida como uma atividade que tem o intuito de aumentar a consciência e o conhecimento das pessoas sobre os patrimônios (ICOMOS, 2008). A interpretação patrimonial pode ser entendida de diversas formas, sendo Freeman Tilden (1957) uma das primeiras pessoas a dialogar sobre princípios e teorias da interpretação do patrimônio. Portanto, a interpretação patrimonial é um processo que tem o objetivo de gerar uma reflexão sobre o bem patrimonial. Murta e Albano (2002) dialogam que é por meio desse processo que a importância do patrimônio local será gerada, apresentando esse valor, redescobrimo e atraindo a comunidade local sobre esse bem.

Nesta linha de pensamento, os autores Cardozo (2015) e Melo (2015) acrescentam que o patrimônio pode ser compreendido como a produção histórico-social da humanidade e, portanto, necessita estar no âmbito da sociedade.

A interpretação pode ser hoje associada a uma atividade de educação patrimonial, devido as suas provocações e objetivos originais, produzindo novas experiências por meio da comunidade humana (ROSA, 2014, p.85). A educação patrimonial também é uma estratégia que pode ser utilizada como processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação (Portaria Iphan nº 137/2016, art.2)

A comunicação pode ser feita de várias maneiras e perspectivas que podem viabilizar e manter o contato do patrimônio e a comunidade. Por meio da mediação, questões decoloniais também poderiam ser colocadas sobre alguns patrimônios de Itaboraí e suas contribuições, suas formas de condução e como a população observava na época e como observa hoje. Permitiria ressignificar esses vestígios para uma reflexão atual, abrindo portas para o conhecimento da história de Itaboraí. Com isso, necessita-se da criação de uma rota cultural temática dos remanescentes da Vila de santo Antônio de Sá.

As rotas podem ser definidas como itinerários culturais com o objetivo de uma visita organizada fazendo uma “leitura sociocultural” do espaço junto com uma sequência de bens ou alterações a serem visitados. Segundo o ICOMOS (2008), o itinerário cultural é uma nova metodologia de valorização, conservação e preservação com dimensão territorial.

Para o desenvolvimento de uma rota cultural temática, o processo com os bens culturais pode enriquecer o contato com a população e os bens (MENEZES, 2002 apud PÉREZ 2009, p.233). O roteiro pode se configurar com uma rota turística cultural, que se propõe ao turista

atividades culturais em regiões com o foco nas tradições, gastronomia, dados históricos e representatividade local (RICHET, 2016).

Com essas considerações dos autores sobre as rotas culturais, fica evidente como ela pode ser utilizada para a apresentação dos bens culturais e informação para a população. O turismo pode proporcionar a troca e aproximar as pessoas de sensações e locais que podem sensibilizar as pessoas, mas também vai depender de como esse bem será apresentado e planejado para as pessoas, podendo com isso o roteiro cultural ser grande elemento de representação local.

Segundo Magalhães (1995), é necessário identificar, como valor, os bens e descobrir caminhos para construir um processo projetivo e ir além com essa construção. O ponto identificado pelo autor serve de exemplo de quantos impactos a educação patrimonial pode fazer em um território, pois suas possibilidades são imensas. As formas de desenvolver as relações educativas com o espaço, vai depender também das características e do planejamento da educação e a atividade relacionada aos bens patrimoniais. Por isso Santos (2008) reflete sobre como essas relações educativas permitem reflexões sobre os patrimônios e as memórias sociais com o foco em várias formas possíveis de construir um futuro no local.

Considerações finais

Existem diversas formas de apresentar um bem de interesse histórico para o público. Uma estratégia de comunicação eficiente comprometida na transmissão dos atributos do bem ao público pode contribuir para a valorização e visibilidade do patrimônio, suprindo as limitações de seu acesso. A comunicação da significação cultural do patrimônio para a comunidade pode gerar muitos benefícios aumentando a visibilidade do bem e fomentando laços afetivos.

A criação de uma rota cultural temática dos remanescentes da Vila de Santo Antônio de Sá, portanto, poderá desenvolver uma conexão entre a comunidade e os bens do território, criando e despertando uma sensibilidade sobre os patrimônios e os reconhecendo como seus.

Referências

BELTRÃO, Maria da Conceição. Ruínas do Convento de São Boaventura- Vila de Santo Antônio de Sá: sítio arqueológico Fazenda Macacu. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, a. 169 (439): pp.101-112, abr./jun. 2008.

BOTELHO, J. **A vila de Santo Antônio de Sá, indígenas e ordens religiosas**.2021. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=lk6_KkoJLZI&t=1525s >. Acesso em: 2 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (IPHAN). Rio de Janeiro (DOFC 06 12 1937 024056 1).

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Homens e árvores no ecúmeno colonial.** Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825. Rio de Janeiro, 2007. f.327. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.p.130.

Cardozo, P. F; Melo, A. **Patrimônio, Turismo cultural e educação patrimonial.** Educação e Sociedade, v. 36, n. 133, 2015.

COSTA, G. M. A escravidão em Itaboraí: uma vivência às margens do rio Macacú (1833-1875). 2013. 197 f. **Dissertação** (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.

COSTA, G. M. **As relações escravistas no Convento de São Boaventura.** Revista Tessitura, de Janeiro: Nova Fronteira; [Brasília]: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 13- em: 29 de jun. 2023.

FORTE, José Matoso M. **Vilas fluminenses desaparecidas: Santo Antônio de Sá.** In: Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Tomo XLIV, 1934.

Frei Basílio, Röwer; **O Convento de S. Boaventura e a Vila de Santo Antônio de Sá;** Revista da semana, 1940, v.41; nº 25, Rio de Janeiro/RJ.

FREITAS, Demerval Martins de. **Famílias escravas na Freguesia de Santo Antônio de Sá RJ** (c. 1750-1808). 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

GUIMARAENS, C. A memória do esquecimento: **a vila e o convento em Macacu.** In: Cadernos do PROARQ, ano 1 (1997), pp.133-136, 2007.

GUIMARAES, V. L. O ofício do historiador e sua contribuição para o uso turístico de fortificações. **Caderno Virtual de Turismo**, v.13, 2013.

GUZZO, A. M. M. **O Convento de São Boaventura de Macacu na Arquitetura Franciscana Brasileira.** In: Cadernos do PROARQ, ano 1 (1997), pp.143-148.

IDEC. **Estudos e projeto de consolidação das ruínas do convento de São Boaventura, pesquisa arqueológica.** Projeto ambiental paisagístico da vila de Santo Antônio de Sá. 2008.

INEPAC. Disponível em: <
http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/93>. Acesso em: 04 de dez. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Carta de Turismo Cultural (ICOMOS)**. Bruxelas – Bélgica, 1976.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES(ICOMOS). **Charter for the interpretation and presentation of cultural heritage Sites**. Québec, 2008.

JORNAL AURORA FLUMINENSE, 5 de fev.1834, n. 871. Disponível em:<<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=4836>>.Acesso em: 18/11/2023.

KÖHLER, André Fontan. As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural: teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo** 9 (2), 138-163, 2019.

MACHADO, M. B. P. Cartilha de Educação Patrimonial: **orientação para professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul, Maneco, 2004.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? a questão dos bens culturais no Brasil**. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira; [Brasília]: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 13-23; 29-140; p.181-236.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasília, 2002. n.6, maio. 2015.

PÉREZ, X. “Turismo Cultural - **Uma visão antropológica**”. PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Tenerife, 2009.

PREFEITURA DE ITABORAÍ. Disponível em:<<https://site.ib.itaboraai.rj.gov.br/> Acesso em: 18 nov. 2023.

Ribeiro, Luiz Marcello Gomes, 1967- Gritos e sussurros: a retabílica barroca em São João de Itaboraí: **contribuição ao estudo iconológico dos retábulos e imagens da matriz de São João de Itaboraí** – RJ / Luiz Marcello Gomes Ribeiro. – 2012. 332 f.

RIBEIRO; R.M.C. **O Convento de São Boaventura de Macacu e a Vila de Santo Antônio de Sá** – história e arquitetura, 2009.

RICHTER, M. **Elaboração de Roteiros**: volume único / Monika Richter ... [et al]. - Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016.

ROSA JUNIOR, A. F. **As febres do Macacu na Vila de Santo Antônio de Sá - RJ (1829-1833)**. In: 17 Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2020, Rio de Janeiro. Anais do XVII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História das Ciências, 2020. v. 1. p. 1-13.

ROSA, Thais Felipe. *Ruínas do Forte São Joaquim: o uso turístico e a preservação do patrimônio cultural*. 2014. 279 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo. Edusp. 2008.

SOUZA, F. B. Itaboraí: **cultural- histórico- socioeconômico- ambiental – turístico** tecnológico. 2.ed. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008.

TILDEN, Freeman. **Interpretando nosso patrimônio**. Chapel Hill: Universidade do Norte da Carolina Press, 1957.